

16/06/2011

PLENÁRIO

TERCEIRO AG.REG. NA AÇÃO PENAL 461 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: PSM
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
AGTE.(S)	: S. L. M.
ADV.(A/S)	: MAURÍCIO SILVA LEITE
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *EMENDATIO LIBELLI* NAS ALEGAÇÕES FINAIS. ACUSAÇÃO DE LAVAGEM DE DINHEIRO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DO ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, PARTE FINAL DA LEI 7.492/86. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 383 DO CPC AO CASO CONCRETO. INVIABILIDADE DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. IMPROVIDOS.

I - Na acusação por lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98), tendo a denúncia narrado em detalhes o crime antecedente (art. 22, parágrafo único, parte final da Lei nº 7.492/86), é possível acolher, em sede de alegações finais, proposta do Ministério Público para que julgamento final ocorra apenas em vista do delito antecedente.

II - Aplicação do art. 383 do Código de Processo Penal.

III - Ausência de prejuízo aos réus que por mais de uma oportunidade teceram considerações escritas acerca da não materialização do crime antecedente.

IV - Inviabilidade de concessão de *habeas corpus* de ofício, dada a complexidade das provas a serem examinadas.

V - Agravos improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e

AP 461 AgR / SP

das notas taquigráficas, por maioria, negar provimento aos recursos de agravo, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio. Em seguida, após os votos dos Senhores Ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio, concedendo a ordem de *habeas corpus*, o Tribunal deliberou não conhecer dessa matéria nesta oportunidade. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado.

Brasília, 16 de junho de 2011.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****TERCEIRO AG.REG. NA AÇÃO PENAL 461**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AGTE.(S) : PSM

ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO

AGTE.(S) : S. L. M.

ADV.(A/S) : MAURÍCIO SILVA LEITE

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), negando provimento aos recursos de agravo, e o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, dando-lhes provimento, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 26.08.2010.

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento aos recursos de agravo, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio. Em seguida, após os votos dos Senhores Ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio, concedendo a ordem de *habeas corpus*, o Tribunal deliberou não conhecer dessa matéria nesta oportunidade. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Plenário, 16.06.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário